

POR UM HERÓI DA TROPA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA REPORTAGEM DE CAPA DA REVISTA VEJA¹.

Bruno Cuter ALBANESE

Orientação: Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini

Resumo: O objetivo desse artigo é entender de que maneira a reportagem da Revista Veja de 10 de outubro de 2010 constrói a figura heroica da personagem Coronel Nascimento, dos filmes Tropa de Elite, e quais seriam as condições de produção da sociedade brasileira que permitiriam essa interpretação. Baseados na teoria da Análise de Discurso materialista, foram analisados quatro trechos da publicação em que buscamos por indícios da construção discursiva, tal qual proposto na metodologia do paradigma indiciário. Os resultados mostram que a publicação desloca o conceito aristotélico de herói e trazem a voz de um professor universitário, que tornariam autorizadas as práticas violentas do Coronel, para torná-lo um herói que represente a seus interesses.

Palavras-chave: Identidade - Herói Nacional – Análise de Discurso – Tropa de Elite – Revista Veja

1. INTRODUÇÃO

Desde a chamada retomada do cinema nacional², em 1995, com o filme Carlota Joaquina, Princesa do Brasil, de Carla Camurati, a produção cinematográfica brasileira está se desenvolvendo, crescendo e restabelecendo a afinidade entre os brasileiros e o cinema que aqui se produz. A análise de filmes nacionais permite que efeitos de sentido que o nosso cinema produz sobre nós mesmos ganhem visibilidade.

Em 2007, foi lançado o filme Tropa de Elite, de José Padilha. A obra foi um sucesso de crítica, ganhando o Urso de Ouro do Festival Internacional de Berlim, e também de público, arrecadando mais de 20 milhões de reais, com um público de 2.421.295 de brasileiros. Um dos grandes destaques e, com certeza, uma sensação na época de seu lançamento foi a popularidade de seu protagonista, o Capitão Nascimento. Seus jargões, como “Pede pra sair!”, “O senhor é um fanfarrão.”, foram amplamente reproduzidos pelo público, e a mídia, além de também reproduzi-los, fez diversas paródias dessa personagem. O site Charges.com, por exemplo, criou o programa de entrevistas do Capitão Morrimento, chamado Capitão Interroga.

¹ Agradeço imensamente a Prof^a. Dra. Carmen Zink Bolognini, pela orientação preciosa e apoio incondicional. E aos Prof. Ms. Cynthia Agra de Brito Neves e Davi Faria de Conti, pelas sugestões enriquecedoras.

² Como aponta Gatti (2005), a data de 1995 é conhecida como a data da retomada, pois foi o ano do lançamento do filme Carlota Joaquina, princesa do Brasil, primeiro filme a ser produzido a partir de recursos federais da Lei do Audiovisual de 1992. No entanto, não posso desconsiderar a produção independente nacional durante os anos sem o financiamento governamental. A data, portanto, indica a volta do auxílio federal à produção cinematográfica e não da produção de fato.

Não podemos, porém, depositar somente nessas questões a conexão que se desenvolveu entre a personagem e o público. É importante lembrar que a personagem recebeu os atributos, por parte da população brasileira, de ter postura honesta e compromisso contra o crime. Sua personalidade agressiva e sarcástica, como complementos do quadro identitário, são também fatores importantes e que merecem atenção.

Por essas razões, quando a sequência desse filme foi lançada, *Tropa de Elite 2: Agora o Inimigo é Outro*, também sob a direção de José Padilha, a bilheteria de estreia foi a quinta maior da história brasileira e se tornou, segundo o site adorocinema.com³, o filme nacional de maior público: mais de 11 milhões de espectadores e arrecadou por volta de 100 mil reais.

Da mesma forma que seu antecessor, o sucesso do filme teve grande repercussão na mídia e na imprensa. Mais uma vez, o grande destaque era a personagem de Wagner Moura, que passou de capitão para coronel. Além dessa mudança de patente, o filme teve foco maior na luta dessa personagem contra a polícia e política brasileiras, caracterizadas como corruptas. Além da empatia, também surgiu a admiração dos brasileiros, que chegaram a aplaudir, durante a seção, algumas atitudes tomadas pelo Coronel. Dessa forma, a *Revista Veja*, na edição 2190, de 10 de outubro de 2010, chamou-o de “primeiro super-herói brasileiro”.

A capa muito me incomodou. Como poderia uma personagem anteriormente acusada de fascista ser agora um herói? Os atos violentos do Coronel não são graves o suficiente para manchar sua imagem? Os brasileiros precisam de figuras como Nascimento?

Essas indagações e inquietações foram o primeiro passo para o que acabou se tornando a minha pesquisa de *Iniciação Científica*⁴ e também minha monografia de conclusão de curso chamada “*Tropa de Elite: a construção de um herói-nacional?*”⁵ (ALBANESE, 2013). Na referida pesquisa, procuro entender se existe no filme a construção de herói sobre a figura de Nascimento e se é constituída a partir dos mesmos argumentos em que a *Revista Veja* a constrói.

Nesse artigo, tenho como objetivo especificamente analisar de que maneira a figura de herói de Nascimento foi construída pela publicação. Está declarado na capa que Nascimento é um herói, mas quais foram os gestos interpretativos lançados sobre o filme que permitiram essa afirmação?

Para que uma análise discursiva seja feita, é importante levar em consideração as condições de produção. Segundo Orlandi (1999), elas são tanto o contexto imediato da enunciação quanto o contexto sócio-histórico e ideológico em que os sujeitos se inscrevem. Partindo de determinadas condições de produção, segundo a reportagem, a população brasileira foi levada a interpretar o Coronel Nascimento como herói. Os brasileiros deram a posição-sujeito herói para um policial, que por mais que seja incorruptível, tem temperamento agressivo, fala palavrões, faz uso da tortura, atira sem medo de matar e ou ferir alguém. Portanto, também é meu objetivo tentar traçar quais seriam essas condições de produção que autorizariam a população brasileira, pelo olhar da revista, interpretá-lo dessa forma.

³ Site: www.adorocinema.com.br, acessado em 30 de novembro de 2011.

⁴ Agradeço ao CNPq pelo suporte financeiro

⁵ Monografia orientada pela Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini, defendida no dia 12 de abril de 2013.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Postos esses objetivos, foi vital para o meu trabalho apresentar dois conceitos da Análise de Discurso materialista para entender como se desencadeia um processo identitário: a concepção de sujeito e a concepção de linguagem. Da mesma forma, precisava de uma concepção de herói para entender sua caracterização histórica e antropológica.

2.1. Concepção de Sujeito

Dentro da perspectiva teórica com a qual trabalhei, somos sujeitos porque estamos sujeitados à língua, à ideologia e à história, segundo Orlandi (1999). Ainda seguindo a autora, como teoria interpretativa, a proposta é não somente entender como o homem interpreta, mas também como ele significa. Entendendo a língua como uma prática simbólica em que o homem se constitui dentro de uma sociedade e como o lugar onde se materializa o discurso, o homem deve ser sujeitado a ela e deve ser afetado por ela. E o discurso é o encontro da linguagem com a história, permitindo que a língua signifique para os sujeitos. Os discursos, afetando o sujeito através da língua, vão constituindo sua memória discursiva. Essa memória, segundo Serrani (2005) é constitutiva, pois determina a forma como este sujeito se significa e interpreta. Tendo um objeto simbólico a sua frente, o sujeito tem compulsão por interpretá-lo e ele o interpreta a partir dos discursos que o constituíram, que circulam nas Instituições em que viveu, nos livros que leu, nas músicas que escutou e nos filmes que viu, ou seja, há toda uma rede de discursos que se inscreveram no seu inconsciente e determinam a forma como ele interpretará os objetos simbólicos (ORLANDI, 1999).

Portanto, não há controle sobre a interpretação. Do mesmo modo, sabemos o que falamos, mas não sabemos como aquilo que dizemos tem significado para nós mesmos. Passamos a ter a ilusão de ser donos do nosso dizer (ORLANDI, 1999). Nossas palavras significam porque já foram ditas antes, mas esquecemos disso graças ao trabalho do esquecimento ideológico. Um resultado de outra força que afeta aos sujeitos: a ideologia. O homem precisa esquecer que não é o princípio do próprio dizer para que consiga dizer. Assim, concluímos que o esquecimento é estruturante: ele permite que o homem se esqueça do “já dito”, para se identificar com o que diz e se torne, assim, sujeito.

Entendendo o que é o esquecimento ideológico, precisamos entender o que é ideologia. Segundo Orlandi, a ideologia é o

efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento. (ORLANDI, 1999, p.48)

Assim, Orlandi (1999) considera a ideologia como constituinte do sujeito, pois sem o trabalho desta, o homem não produziria discursos, não produziria o seu dizer, porque o dizer só é possível com a ilusão de que as palavras são coladas a sentidos. O trabalho ideológico permite ao homem estabelecer relações diretas entre palavras e objetos no mundo. Sendo assim, o trabalho ideológico permite que o homem interprete os objetos simbólicos, isto é, as materialidades significantes (LAGAZZI, 2011).

Para entendermos o processo de produção de sentidos, é necessário considerar as Condições de Produção do discurso. Um objeto simbólico pode ser interpretado de forma positiva em determinadas Condições de Produção e de forma negativa em outras. Um grupo igual de palavras pode significar diferente se suas Condições de Produção forem diferentes. Do mesmo modo, um grupo de palavras pode significar diferente para dois sujeitos que estejam nas mesmas Condições de Produção, se as Formações Discursivas dos sujeitos forem diferentes (MEGID & CAPELLANI, 2007). As Formações Discursivas são zonas fluidas das memórias discursivas que “a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 1999, p.43).

Finalizando este ponto de discussão, veremos a relação entre sujeitos. Há três mecanismos que mostram essas relações: a) relações de sentidos, um discurso sempre é sustentando por outros que o antecederam, e aponta para outros que o sucederão; b) antecipação, a capacidade de todos os sujeitos de se colocar no lugar de seu ouvinte, portanto, ele antecipa como seu interlocutor interpretará suas palavras; c) as relações de força, o lugar de onde se diz é constitutivo do que é dito. Ou seja, as palavras produzem sentidos diferentes a partir da posição sujeito de seu locutor. Orlandi (1999) nos diz que, da mesma forma que nossa sociedade é hierarquizada, essas posições também o são. Esses três mecanismos produzem projeções dos sujeitos, as chamadas Formações Imaginárias, dentro das condições de produção. Dessa forma, não são os sujeitos físicos, nem seus lugares empíricos que funcionam no discurso, mas suas imagens que dão posições no discurso. A posição sujeito que ocupamos, não só dá um significado diferente ao nosso dizer, como nos dá, também, uma identidade e modos diversos de nos relacionarmos com os outros sujeitos.

Vimos que os homens são sujeitos à língua, à ideologia e à história. A relação do homem com a língua é constitutiva dele e lhe dá uma identidade. Para a Análise de Discurso, olha-se para a língua em seu uso. Ou seja, a língua fazendo sentido, como um fato social simbólico humano. Na perspectiva de Orlandi (1989), a língua é aberta, tem ligação com sua exterioridade e é na relação com o exterior, com sua inscrição na história, que ela significa e produz sentidos.

2.2. Concepção de Linguagem

Mantendo os postulados sobre sujeito, não podemos entender a língua como transparente. A língua tem sua opacidade: sentidos não estão grudados em palavras. Essa ilusão da língua como transparente, da relação direta linguagem/pensamento/mundo só é possível graças ao trabalho da ideologia, como vimos acima.

Como está explicitado no nome da teoria, o objeto de pesquisa da Análise de Discurso é o discurso. Este é o resultado do encontro da língua com a história nos processos de significação. A língua só produz sentido se for afetada pela história. Dessa forma, podemos afirmar que nenhum dizer começou no processo de enunciação de um sujeito e terminará quando for decodificado pelo receptor: discursos não começam e não terminam em nós, nem os sentidos. Nas palavras de Orlandi (1999, p. 22), “a língua é assim condição de possibilidade do discurso”. Sendo assim, toda vez que dizemos algo, muito mais do que fazendo o uso da língua e de sua gramática, estamos nos significando através dos discursos que estão se materializando nela.

Quando um sujeito diz algo a outro sujeito, ele pode deslocar o outro, pode permitir que o outro interprete de maneira diferente. Portanto, nenhum sujeito não tem espaço para se deslocar e ocupar outras posições em relação aos fatos do mundo. Portanto, entendemos a língua principalmente como uma forma de interação entre sujeitos. Ou seja, como a forma em que um sujeito pode levar o outro a interpretar algo de uma forma diferente.

Como vimos, a língua é aberta, significa através da história, tem sua opacidade e graças a isso que pode surgir o novo. Também vimos que a língua constitui os sujeitos e é um meio de interação entre eles, que assim podem se deslocar. Pensar sobre a língua como forma de interação, também nos leva a pensar que a língua é um instrumento de poder. Através dela, interpretações são autorizadas e cria-se o que Foucault (1970) chama de “efeito verdade”.

2.3. Concepção de Herói

A partir de um olhar rápido sobre a reportagem, podemos encontrar muitas características do Coronel Nascimento. Porém, o que a publicação diz que são características que tornam Nascimento um herói é realmente características de herói? Para isso, precisava entender o que faz um herói. Foi Joseph Campbell, em seus dois livros, *O herói de Mil Faces* (1949) e *O poder do Mito* (1988), que esboçou esta concepção.

Para Campbell (1949), herói é o homem ou a mulher que se tornou digno(a) de admiração, e portanto digno(a) de ser mitologizado(a), pois venceu as limitações histórico-sociais de sua comunidade, conseguindo assim algo que os outros nunca conseguiram. Ou seja, o herói é aquele que realizou algo que até então era concebido como impossível de se alcançar. Nas palavras de Campbell (1988, p.131), “é alguém que deu a própria vida por algo muito maior que ele mesmo”. Ou seja, o herói abre mão de sua própria vida, abre mão de seus objetivos pessoais para lutar por objetivos de bem comum. Esse objetivo, como salienta Campbell (1988), é um objetivo moral: ele sacrifica sua vida salvando uma pessoa, salvando um povo ou defendendo uma ideia. Além do mais, o objetivo é de vencer algo que causa problemas a sociedade em que ele vive. Pois, para ser herói, é preciso ser sensível às necessidades de sua comunidade (Campbell, 1988). Portanto, estamos lidando com um ser humano que percebe que algo está causando problemas na sociedade em que vive. E livrar seu povo desse problema passa a ser o objetivo da sua vida. Sua conquista é inédita, pois é preciso muita luta para transpor todos os obstáculos.

Apesar das reflexões de Campbell esclarecerem quais são os atributos necessários que um sujeito precisa possuir para ocupar a posição de sujeito herói, considero que um aspecto muito importante sobre a questão do herói não é tratado pelo autor: as relações de poder que envolvem a construção da figura heroica. Esse aspecto, no entanto, é analisado por De Carvalho quando reconta a institucionalização de Tiradentes como herói nacional.

De Carvalho (1990, p.55), no início de seu texto, escreve que: “heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos”. Sendo assim, o autor conclui que os regimes políticos precisam criar seus heróis para que possam desencadear um processo identitário entre a população e seu governo. Quando há mudança de regime político, também há a necessidade da mudança de heróis. Principalmente, como aponta De Carvalho (1990), em regimes em que a mudança não teve grande envolvimento da população, pois a figura do herói funciona como um compensador dessa não participação popular sobre as configurações políticas de seu próprio país. Sendo assim, é possível afirmar que a figura de um herói é constituída por relações de poder e interesses políticos.

Apesar de Campbell não tematizar esse aspecto dos heróis em sua vasta bibliografia sobre o assunto, sua obra e a de De Carvalho têm vários pontos em comum. Gostaria de destacar aqui o que considero mais importante: o processo de identificação do povo em relação a seus heróis: para um sujeito ocupar a posição de herói, é necessário que ocorra um processo identitário. Nas palavras de Campbell (1988), o herói se “torna possível de ser mitologizado” ou, como aponta De Carvalho (1990, p.55), “herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação”.

Portanto, não é possível forçar que uma sociedade aceite um herói, porém pode-se construir discursivamente uma figura heroica que corresponda aos anseios dessa sociedade, mesmo que ela não corresponda necessariamente a quem esse “herói” realmente foi. Sentidos são deslocados para tornar esse herói “do gosto do freguês”.

3. MÉTODOS

Meu material de análise para esse artigo se encontra inteiramente dentro da revista. O que me interessa aqui é a reportagem de oito páginas da publicação que constroem Nascimento como um herói. A partir da minha metodologia, o paradigma indiciário, não busquei trabalhar com muitos dados, mas com aqueles que dessem indícios do discurso que sustenta essa construção. Sendo assim, selecionei quatro trechos da reportagem.

Baseei minhas análises no próprio arcabouço teórico da análise de discurso, ou seja, colocando os objetos simbólicos dentro de suas condições de produção (vide seção 3.2) e busquei, a partir disso, indícios da materialização do discurso na reportagem com base no paradigma indiciário (vide seção 3.3).

3.1. Revista Veja: condições de produção e funcionamento discursivo

Analisar a Revista Veja a partir de nossa perspectiva teórica sem levantarmos suas condições de produção seria bastante falho. Para isso, apoiamos-nos nos estudos de Inácio (2008). O autor, em sua dissertação de mestrado, avalia como a publicação vem representando a política nacional. Como também é um analista de discurso, Inácio traça uma longa contextualização da história de Veja e descreve seu funcionamento discursivo.

Sobre a história da revista, Inácio aponta como seu início está ligado ao golpe militar de 1964, sendo que a publicação recebeu de herança o público e o projeto da Revista Realidade. Esta revista tinha como missão apresentar aos brasileiros o novo Brasil, o país governado pelos militares. Em sua primeira capa, Veja trazia como reportagem de capa “O Grande Duelo do Mundo Comunista” em que, ao fundo, a foice e o martelo apareciam duelando. Em tempos de Guerra Fria, em um mundo ideologicamente dividido entre capitalistas e comunistas, entre direita e esquerda, a publicação indicava apoio à direita.

Ligação com o golpe militar brasileiro e constituída pelo discurso capitalista e de direita, o seu funcionamento discursivo também é marcado pelo autoritarismo. Orlandi (1986) define três modos de funcionamento do discurso: autoritário, polêmico e lúdico. O autoritário se caracteriza pelo silenciamento de outras possibilidades de significação de um objeto simbólico. O locutor apresenta o objeto da maneira que lhe interessa e não permite que outros sentidos sejam produzidos por seus interlocutores. O que ele diz é a única verdade. Em sua forma mais potencializada, o discurso autoritário se torna censura. E é esse o funcionamento discursivo de Veja, quando a revista não publica as opiniões contrárias de seus leitores. Ela silencia os sentidos outros dos objetos simbólicos que são temas de suas publicações.

3.2. Paradigma Indiciário

A história dessa metodologia de pesquisa começa com as curiosas publicações de um russo chamado Lermonieff na década de 70 do século XIX. O russo, que na verdade era um italiano chamado Morelli, propunha uma nova forma de verificar a autoria de quadros que muito enfureceu críticos de arte, mas que influenciaram Freud, Arthur Conan Doyle e Carlo Ginzburg. O último, a partir do método morelliano, propôs a metodologia do paradigma indiciário (GINZBURG, 1986).

O paradigma indiciário se afasta de outras metodologias que buscam por grandes dados, mas vai em direção oposta, procurando a estabilidade nos pequenos detalhes. Pois são nos pequenos detalhes, os que são produzidos inconscientemente pelo autor, é que ele revela a construção de sua obra.

Ao olhar um objeto simbólico, não se deve tomar uma visão macroscópica, em que se vê a técnica, a filiação a uma estética. Mas sim, nos pequenos detalhes, o autor deveras marca sua autoria. São os detalhes que produzem efeitos de sentido, sendo assim foi por eles que buscamos a marca do sujeito no objeto.

4. ANÁLISE DE DADOS

De antemão, nem precisando recorrer à análise, fica claro que a Revista Veja dá a posição sujeito herói para Nascimento. Para a revista, o coronel é um herói nacional. O que me motiva, então, é como se dá a construção dessa figura. Apresento os quatro trechos retirados da reportagem que receberão minha atenção nesse artigo.

1	Enfim, um herói do lado certo.
2	Nascimento é irreduzível em seu repúdio à corrupção, seja ela praticada pelo soldado da PM ou pelo secretário de Segurança Pública. Esta pureza brutal fez dele um verdadeiro herói nacional.
3	“Como o estado falha na segurança, nós que somos vítimas, temos a tendência de buscar soluções personalizadas, individuais. Nascimento dá vazão a essa ânsia por soluções imediatas. Ele é um justiceiro do século XXI brasileiro”.
4	Ao considerar os heróis da tragédia clássica grega em sua Poética, o filósofo Aristóteles dizia que os homens completamente virtuosos ou totalmente maus não servem para esse papel: a situação trágica por excelência, dizia ele (Aristóteles), é a do homem de grande reputação, moderadamente virtuoso, que cai no infortúnio não por ser vil, mas “por força de algum erro”.

Peço licença para não seguir a ordem dos trechos como coloquei acima e que respeita a sequência em que aparecem na reportagem. Começo minha análise pelo último enunciado.

Trazendo a voz de Aristóteles, a revista fundamenta seu argumento baseando-se nos estudos de um filósofo clássico de grande influência até os dias de hoje. É baseada na concepção de herói aristotélico que a reportagem encontra autorização para afirmar que o coronel é um herói. Nesse sentido, Nascimento seria um homem de grande reputação, moderadamente virtuoso que, sem desejar, encontra-se dentro de uma tragédia. Um dos efeitos produzidos por esse trecho, ao aproximar Nascimento da definição de herói trágico, é o de aproximar os filmes *Tropa de Elite* de uma história trágica. Se o coronel é um herói trágico, portanto, sua história (contada pelos filmes) é uma tragédia. Vale-nos então saber qual é a definição de tragédia tal qual proposta pelo próprio Aristóteles. Segundo Braga (2008):

A definição aristotélica de tragédia é de que trata-se de uma imitação “dos caracteres, das paixões e das ações humanas” sobretudo “de ações, da felicidade e da infelicidade” (sd: 300) de seres humanos em meio a atividades humanas. (...) Aristóteles supõe, portanto, que a tragédia, pela imitação dos caracteres e das paixões, valendo-se da música, da dança, do espetáculo e, sobretudo, do princípio de verossimilhança, provoca um prazer que lhe é próprio, instigando no ânimo do espectador o terror e a compaixão (BRAGA, 2008, p.1)

Vemos então que tragédia para Aristóteles é definida pelo fato de ela imitar fatos e condições da alma humana. Esse é o objeto ensaiado e encenado pela tragédia. Portanto, seria errôneo considerar que a história de *Tropa de Elite*, em termos aristotélicos, é uma tragédia. O que acontece é um deslocamento de sentido em relação ao termo tragédia. Ele não é usado no sentido clássico, mas no sentido usual que tem tragédia como um desastre. É um discurso em circulação em nossa sociedade tratar a política brasileira como desastrosa pelos recorrentes escândalos de corrupção, como também categorizar da mesma forma a segurança pública de nosso país. No entanto, tratando-se dos postulados clássicos, Nascimento não pode ser considerado um herói, pois a definição de Aristóteles é para quando se trata do que ele considera como tragédia.

Aristóteles, segundo a revista, diz que o herói, por descuido, se vê dentro de uma situação trágica. Considerando Tropa de Elite uma tragédia, mesmo sabendo que chamá-la assim não é apropriado, também não é suficiente para tornar o coronel um herói, pois, como ele próprio diz em sua narração, entrar na guerra foi uma escolha que ele fez. Ele poderia ter escolhido o lado dos traficantes, poderia ter se omitido, mas ele escolheu lutar contra o tráfico. Portanto, ele não se viu dentro dessa situação “trágica” por descuido, foi por uma escolha. Campbell (1949) trabalha com uma concepção de herói mais abrangente, que envolve tanto aquele que escolheu vivenciar o desafio, como também aquele que por descuido foi obrigado a enfrentar, já Aristóteles considera somente este um herói. Portanto, Nascimento não seria na concepção aristotélica um herói. Percebemos então que Veja se vale de dois deslocamentos para construir a figura heroica nesse trecho: 1) considerar que Tropa de Elite é uma tragédia; 2) silenciar o fato de que o coronel escolheu entrar para a guerra contra o tráfico.

O primeiro trecho aparece no centro das duas páginas que abrem a seção da revista que tratará sobre o filme. De um lado da página, vemos Wagner Moura como a personagem apontando a arma. Do outro lado, vemos um homem negro carregando uma metralhadora enquanto parece fugir de tiros. Entre essas duas figuras, está colocado o enunciado em letras garrafais: “Enfim, um herói do lado certo”. A primeira questão que surge, antes mesmo de uma análise levando em consideração as imagens que produzem efeitos de sentidos junto ao texto, é afirmar que “um herói do lado certo” parte do pressuposto que existem heróis do lado errado. Não seria necessário categorizá-lo como “do lado certo” se todos os heróis fossem “do lado certo”. Além dessa afirmação, há um advérbio modalizando a expressão: “enfim”. “Enfim” produz o mesmo efeito de “finalmente”, que, por sua vez, produz o sentido de uma longa espera. Portanto, poderíamos parafrasear essa oração da seguinte maneira: Depois de tanto tempo com heróis do lado errado, temos um herói do lado certo.

Agora, resta-nos saber quem são esses heróis do lado errado. A maneira como as imagens foram editadas na página são, como acredito, as chaves dessa indagação. No meio das duas páginas que abrem a reportagem temos o enunciado analisado: do lado esquerdo, vemos a imagem de Nascimento; do lado direito, a imagem do traficante. Enquanto o enunciado trata justamente da questão dos lados, as imagens estão em lados opostos aos do texto. Portanto se o coronel é o lado certo, o que está do outro lado é o errado. Sendo assim, podemos dizer que são os traficantes os heróis do lado errado.

Novamente há um deslocamento em relação ao filme: entre quem ocupa a posição sujeito inimigo de Nascimento no filme Tropa de Elite 2: agora o inimigo é outro em relação a Tropa de Elite. No primeiro filme, os que ocupavam a posição sujeito inimigo eram os traficantes, já no segundo são os políticos que a ocupam. Por qual razão, se lançada pelo sucesso da bilheteria da continuação, Veja não coloca uma das imagens dos políticos opondo a figura de Nascimento? Por qual razão são os traficantes considerados os heróis do lado errado? Parece então haver uma resistência da publicação de tratar os políticos como os vilões.

No entanto, no terceiro trecho de nossa análise o que é trazido como grande qualidade de Nascimento e que faz dele “um verdadeiro herói nacional” é o fato do seu combate à corrupção. Voltando à concepção de herói de Campbell (1949, 1988), um herói

é aquele sujeito que teve maior sensibilidade de perceber um problema que afetava toda sua comunidade. A corrupção é de fato um problema que há muitos anos preocupa os brasileiros e escândalos de desvio de dinheiro são correntemente denunciados, inclusive muitos deles pela própria Veja. Parece-me então coerente interpretar a personagem como um herói, dado a sua luta contra a corrupção que é inflexível. Nascimento luta contra ela quando praticada e ponto. Não há corrupto que ele releve. No entanto, parece incoerente, por parte da revista, reconhecer que é a luta contra os corruptos que torna Nascimento um herói e, no entanto, serem as imagens dos traficantes associadas às dos heróis do lado errado.

O quarto e último trecho que analisaremos é uma fala do historiador Marco Antonio Villa, professor da Universidade Federal de São Carlos, sobre as ações da personagem. Como aponta Serrani (2005), ao fazer uma citação, não se traz somente a voz do outro para seu texto, mas também explicita-se uma relação interdiscursiva. Ou seja, seu texto reproduz significados que já estão em circulação para autorizar o dizer de quem cita. Portanto, vale-nos aqui uma reflexão de quais significados a fala do professor produz. As práticas de tortura, as mortes no lugar das prisões, a falta de preocupação em quem o tiro irá acertar foram algumas das muitas atitudes de Nascimento amplamente criticadas. Como seria possível ovacionar alguém que tortura seus iguais?

Da mesma forma que se iniciou um processo identitário em relação à figura heroica da personagem, materializada na revista, também se deu um reconhecimento de uma figura fascista. A própria reportagem reconheceu a circulação desse discurso. De herói a fascista, há uma grande diferença dos gestos interpretativos feitos. Quem interpreta Nascimento como um herói, destaca seu empenho contra a corrupção e sua luta contra o tráfico, silenciando suas práticas violentas que incluem a tortura. Quem o interpreta como um fascista, faz a mesma operação, porém de forma inversa. Veja, no entanto, opera de maneira diferente. Ela não silencia o fato de Nascimento atirar sem medo de matar, ou que tortura inocentes. Porém, ela traz a voz de um professor e pesquisador de história, que como aponta Foucault (1968) possui autoridade para legitimar sentidos e ter sua fala tida como verdade, para autorizar as práticas de Nascimento. A fala do professor instaura novos sentidos a tortura, por exemplo: se antes ela era tida como criminosa, a fala do professor a torna como necessária. Portanto, os aspectos que davam a Nascimento a posição sujeito fascista são reinterpretados como necessários para que se tenha uma sociedade melhor e não como práticas de limpeza étnica ou de abuso de poder. A publicação tenta enfraquecer os argumentos de quem interpreta o coronel com fascista e, assim, fortalece a sua própria interpretação dele como herói.

No trecho, também encontramos as condições de produção da sociedade brasileira que autorizam os atos de Nascimento e também o autorizam como herói: “quando o Estado falha em nos proteger”. Portanto, segundo a revista, através da fala do professor, estamos desprotegidos pelo Estado. Dentro dessas condições, qualquer um que se disponha a nos salvar, independente do método, é um “justiceiro”. Vale-nos ressaltar que, segundo Comparato (2010), em 1984, ocorreu a Convenção 55 Internacional contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes promovida pelas Nações Unidas que elevou a tortura como um crime contra a humanidade. Ou seja, não importando as razões, a tortura é sempre um crime.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minhas análises revelam que a revista se sustenta sobre dois principais argumentos para construir a figura de Nascimento como heroica. O primeiro fato é que a reportagem se baseia na concepção de herói que Aristóteles formou para a tragédia. Os filmes *Tropa de Elite*, como vimos, não se enquadram na concepção do mesmo autor sobre o que é uma tragédia. Portanto, os parâmetros considerados que tornam o coronel um herói não são apropriados e coerentes.

Em segundo lugar, a violência contra os moradores da favela, o espancamento de um político e as inúmeras torturas, apesar de serem todos crimes e revelarem abuso de autoridade, são vistos como características que o tornam um herói. No lugar dessas práticas serem entendidas como criminosas e abomináveis, elas são tratadas como positivas, uma vez que elas materializam uma vontade de todos os brasileiros de bem. Logo, os brasileiros honestos gostariam de poder espancar um político e torturar um traficante.

A revista se baseia na fala de um historiador para tornar o detestável em algo admirável e que assim torna o Coronel Nascimento, portanto, em um herói. Além de ser completamente questionável e incoerente o fato de brasileiros honestos admirarem a tortura, o próprio Nascimento reconhece que esses seus atos violentos são errados. Assim, Veja desloca sentidos novamente.

Percebemos então, que como aponta De Carvalho (1990), deslocamentos são feitos para moldar o herói a seus interesses. Os resultados das análises das cenas⁶ mostram-me que há sim em *Tropa de Elite* a construção de Nascimento como herói, mas não baseado nos mesmos funcionamentos que encontramos na reportagem. Veja transforma esse herói para que se adapte aos seus interesses. Portanto, não temos o primeiro super-herói nacional, mas sim o primeiro super-herói da *Veja*. E, se ocorrer o mesmo que Inácio (2008) nos revela, é nesta construção que muitos brasileiros acreditam que seja a verdadeira: o herói-nacional é um violento policial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAGA, Claudia Mariza (2008). *Melodrama: as estratégias trágicas da emoção na modernidade*. Texto apresentando no V Congresso Criação e Reflexão Crítica. Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas.
- CAMPBELL, Joseph (2007). *O herói de mil faces*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral, Pensamento, SP.
- CAMPBELL, Joseph (2009). *O poder do mito*. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Palas Atenas, SP.
- COMPARATO, Fábio Kondan (2010). *A tortura no direito internacional*. Texto apresentado no Seminário contra a tortura. Secretária Especial de Direitos Humanos, Brasília.

⁶ Esses resultados podem ser encontrados em *Tropa de Elite: a construção de um herói nacional?* (ALBANESE, 2013)

- DE CARVALHO, José Murilo (1997). *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*, Companhia da Letras, SP.
- FOUCAULT, Michel (2009). *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, Forense Universitária, RJ.
- GATTI, André Piero (2005). *Distribuição e exibição na indústria cinematográfica brasileira (1993-2003)*. Tese de doutorado defendida no Departamento de Multimeios, no Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.